

O Brasil e o FMI

Um corte radical nas despesas públicas entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões em 1999 é o preço inicial que o FMI cobra do Brasil para ajudá-lo a superar a crise financeira em processo de evolução. Na verdade, o ajuste fiscal em semelhante dimensão compõe estratégia dos organismos internacionais para proteger a América Latina contra a voragem cambial que vitimou alguns países asiáticos e a Rússia.

Maior economia do subcontinente, eventual colapso do mercado financeiro do país com certeza arrastará ao fundo do poço as demais nações da área. E, pelo chamado efeito dominó, acabará por atingir as potências industrializadas. Não se deve perder de vista que os países latino-americanos absorvem 20% das exportações dos Estados Unidos, por exemplo. A desestruturação de suas economias forçaria inapelável redução das importações. É possível estimar as perdas que tal hipótese acarretaria aos centros exportadores.

Explica-se, assim, por que não será o FMI a única instituição a abrir os cofres para assegurar a estabilidade da situação brasileira. Funcionará, sobretudo, como o eixo central de operação destinada a envolver diversas organismos internacionais. Vale citar, entre os principais, o Banco de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Tesouro de algumas nações ricas e até o sistema bancário privado.

O acordo com o FMI, todavia, é algo indispensável. Nem tanto pelo volume de recursos que poderá carrear para a ajuda, calculado em torno de US\$ 30 bilhões. Afinal, o dinheiro apenas ficará à disposição (stand by) para ser usado se necessário. A importância do entendimento resulta do fato de que fortalecerá a credibilidade do país e, portanto, abrirá expectativas novas para o ingresso de capitais e de investimentos produtivos.

É preciso compensar de alguma forma os efeitos nefastos que o ajuste fiscal concordado com o Fundo provocará no plano interno. O corte drástico nos programas para atendimento das demandas públicas e dos investimentos de natureza infra-estrutural acentuará a estagnação econômica. O desemprego aumentará de forma significativa, inclusive em função da já prevista demissão de funcionários públicos.

Nas conversações com o FMI, o governo brasileiro afastou a possibilidade de desvalorizar o real. Aí está reação que se justifica para evitar o ressurgimento do processo inflacionário e não oferecer ao mundo evidente sinal de fraqueza. Conviria, contudo, ampliar de forma discreta e cautelosa as bases de flutuação da banda cambial, de modo a ajustá-la à imperiosa necessidade de elevar as exportações. Como é notório, a instabilidade das reservas cambiais decorre em parte substantiva dos sucessivos prejuízos da balança comercial em consequência de exportações estagnadas e importações crescentes.